

LEI MUNICIPAL N.º 1605/2023 DE 16 DE MARÇO DE 2023.

CRIA OS CARGOS COMISSIONADOS DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO, DANDO CONSECUÇÃO À NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (LEI FEDERAL N.º 14.133/2021).

A EXMA. SRA. PREFEITA MUNICIPAL DE CAMOCIM, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26 da Lei Municipal n.º 1080/2009, de 20 de março de 2009, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º O Agente de Contratação é pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação do procedimento administrativo.

§1º Fica criado o cargo em comissão de Agente de Contratação, com status de Secretário Municipal, de livre nomeação e exoneração, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§2º O cargo em comissão de agente de contratação será integrado à estrutura administrativa da Secretaria da Gestão Administrativa.

Art. 2º O Agente de Contratação deverá ter natureza técnica no Município de Camocim/CE, atendidos os seguintes requisitos:

I - seja servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenha atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possua formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não seja cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Parágrafo único. O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

Art. 3º Ficam criados 02 (dois) cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para auxiliar o agente de contratação, junto à estrutura administrativa da Secretaria da Gestão Administrativa, compondo a denominada equipe de apoio, com simbologia CDA - I, atendidos os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Parágrafo único. A equipe de apoio poderá, ainda, ser composta por terceiros contratados, observado o disposto no artigo 4º do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, que regulamenta o disposto no §3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 4º As atribuições inerentes aos cargos previstos nesta lei serão definidas por meio de Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 03 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 6º A comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar os documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Parágrafo único. O presidente da comissão de contratação será designado dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública.

Art. 7º O agente de contratação, a equipe de apoio e a comissão de contratação, estarão subordinados diretamente à Secretaria da Gestão Administrativa do Município de Camocim/CE.

Art. 8º O Agente de Contratação, a equipe de apoio e a Comissão de Contratação poderão contar com os órgãos da Procuradoria Geral do Município e Controladoria Geral do Município para o desempenho das funções essenciais a execução da disposição da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 9º As negociações serão conduzidas na forma do §1º e do §2º do Art. 61 da Lei Federal 14.133/2021.

Art. 10º Poderá o Chefe do Poder Executivo, por sua única e exclusiva discricionariedade, realizar a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão de contratação e agente de contratação.

Art. 11º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras e contábeis para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 12º Esta Lei produzirá efeitos a partir de 01 de Abril de 2023, data de ab-rogação da Lei de Licitações e Contratos nº. 8.666/93, acarretando a extinção dos cargos de Presidente e membros da Comissão Permanente de Licitação e Contratos, do pregoeiro e da respectiva equipe de apoio do pregão do Município de Camocim/CE.

Art. 13º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 737/01, de 08 de março de 2001, e alterações posteriores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM, 16 DE MARÇO DE 2023.



MARIA ELIZABETE MAGALHÃES

Prefeita Municipal

Publicado de acordo com o artigo 88 da
Lei Orgânica e o artigo 41 da Lei 733/01 de 11/01/2001

Em 16 / 03 / 2023



Superintendência de Administração

Carlos Alexandre Lins de Oliveira
Secretário da Gestão
Administrativa
Portaria nº 0104001/2021